

## BRICS NO RIO

Sob a presidência brasileira, grupo apresenta, hoje, o texto final dos negociadores. Declarações sobre mudanças climáticas e IA também devem ser emitidas

# Preocupação com a guerra será destaque

» FERNANDA STRICKLAND

Em um cenário global marcado por conflitos armados e disputas geopolíticas, os representantes dos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) finalizaram, ontem, a versão final da declaração que será apresentada na reunião da cúpula de chefes de Estado do bloco, que começa oficialmente hoje, no Rio de Janeiro. Devem ser destacados temas que envolvem conflitos armados e o impacto da rivalidade entre Estados Unidos e China.

Os chamados sherpas — alto escalão que representa os presidentes nas negociações diplomáticas — conseguiram chegar ao que fontes diplomáticas definem como um “consenso possível” sobre três dos pontos mais sensíveis e que vinham travando o documento nas últimas rodadas. A redação final aguarda aprovação do Brics.

Os novos membros, como Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes também participaram da elaboração do texto. Embora ainda não tenha sido oficialmente divulgado, a movimentação dos bastidores indica que os temas mais delicados envolvem a guerra entre Rússia e Ucrânia, a escalada de violência em Gaza, e os efeitos econômicos da disputa comercial entre Estados Unidos e China. Essas questões afetam diretamente os interesses geopolíticos e diplomáticos dos membros do bloco.

A reunião da cúpula no Rio ocorre em um dos momentos mais turbulentos do cenário internacional dos últimos anos. De um lado, a Rússia, membro do Brics, segue envolvida em uma guerra que se arrasta há mais de três anos contra a Ucrânia. Do outro, os novos integrantes, Irã e Arábia Saudita, representam lados opostos em disputas regionais no Oriente Médio, incluindo a guerra em Gaza e a instabilidade no Iêmen.

O bloco tenta se firmar como alternativa ao G7 e à ordem internacional liderada pelos EUA e Europa, buscando promover um novo tipo

Evaristo SA/AFP



Lula discursou em prol de um modelo de desenvolvimento baseado em sustentabilidade e justiça social

de multilateralismo baseado na cooperação Sul-Sul. O fator torna ainda mais complexa a construção de um texto consensual, que precisa evitar condenações diretas ou posicionamentos que criem atritos internos.

### Discurso de Lula

Na abertura do Fórum Empresarial do Brics, ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um pronunciamento, em defesa de um novo modelo de desenvolvimento baseado em justiça social, transição ecológica e soberania tecnológica. Diante de empresários, representantes de governo e lideranças internacionais, o petista destacou que o bloco, que reúne 11 países, tem, atualmente, um papel estratégico no futuro da economia global.

“Fortalecer o complexo industrial da saúde amplia o acesso a medicamentos e é fundamental para superar doenças socialmente determinadas que afligem os mais vulneráveis”, afirmou o presidente brasileiro, ao defender maior protagonismo dos países do grupo em áreas sensíveis ao bem-estar social e ao desenvolvimento humano.

Com forte ênfase na inovação, o chefe do Executivo destacou que a revolução tecnológica passa por todos os setores econômicos e que, por isso, é preciso criar condições equitativas para que startups e pequenas empresas também possam inovar. Ele propôs que os países do bloco atuem para construir diretrizes claras e multilaterais sobre o uso da inteligência artificial (IA).

### Transição verde

Outro eixo central do discurso foi a transição ecológica. O presidente Lula reiterou que a descarbonização das economias é “um processo irreversível” e lembrou que o Brasil apresentou novas metas climáticas (NDCs), com previsão de redução entre 59% e 67% das emissões de gases de efeito estufa. “Estamos comprometidos com uma transição ecológica justa e inclusiva, especialmente às vésperas da COP 30”, completou.

Segundo o presidente, os países do Brics estão entre os maiores investidores globais em energia renovável e concentram reservas estratégicas para a transição energética: 84%

das terras raras, 66% do manganês e 63% do grafite do mundo.

“A demanda por esses minérios vai triplicar até 2040. Queremos ir além da extração dessas riquezas e qualificar nossa participação em toda a cadeia de suprimento”, afirmou, destacando o potencial do Brasil no refino sustentável desses materiais, com energia limpa, marcos regulatórios estáveis e mão de obra qualificada.

Lula também ressaltou o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o banco do Brics, criado em 2014. De acordo com ele, a instituição aprovou mais de US\$ 40 bilhões em 120 projetos de infraestrutura e energia limpa. “O NDB tem contribuído para reduzir custos de transação ao impulsionar o uso de moedas locais”, observou.

Outro avanço citado foi a criação de um sistema de pagamentos transfronteiriços instantâneos e seguros, em articulação entre os bancos centrais dos países do grupo. O presidente ainda celebrou o desempenho do BNDES, que destinou mais de US\$ 50 bilhões desde 2023 para projetos de transformação produtiva sustentável. (Colaborou Renata Giraldi)

# Haddad defende “reglobalização”

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou, ontem, que o Brics está no centro de uma “reglobalização” mais sustentável e justa. A fala ocorreu durante discurso na abertura da 1ª Reunião dos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais do bloco. Segundo ele, a nova abordagem deve estar baseada no “desenvolvimento social, econômico e ambiental da humanidade como um todo”, corrigindo distorções de modelos anteriores.

Haddad defendeu que o “multilateralismo não pode se limitar à proteção das instituições internacionais contra agendas radicais”. A declaração marca o tom da presidência brasileira do Brics em 2025, centrada em três frentes interligadas: econômica, climática e social.

Para o ministro, o Brics tem a missão de liderar a transição para um novo modelo de globalização. O ministro afirmou que “nenhum país isoladamente, por mais poderoso que seja, pode dar uma resposta efetiva ao aquecimento global” e que a “perspectiva de criar ilhas excludentes de prosperidade em meio à policrise contemporânea é moralmente inaceitável”.

Segundo ele, o grupo está comprometido com a reforma do sistema monetário e financeiro internacional, com foco em uma maior representatividade para os países em desenvolvimento.

“Juntos, representamos quase a metade da humanidade e estamos na vanguarda das indústrias que determinarão os rumos do desenvolvimento humano. O Brics é a cara do futuro”, disse.

O chefe da Fazenda afirmou que “nenhum país isoladamente, por

| Veja quem compareceu à Cúpula do Brics no Rio   |  |  |
|---|--|--|
| <b>China</b><br>Li Qiang, primeiro-ministro da  | Nahyan, príncipe de Abu Dhabi  | <b>Uganda</b><br>Jessica Alupo, vice-presidente              |
| <b>Egito</b><br>Mustafa Madbouly, primeiro-ministro   | <b>Bielorrússia</b><br>Maxim Ryshenkov, ministro das Relações Exteriores | <b>Uzbequistão</b><br>Sodiq Safoev, primeiro vice-presidente |
| <b>Índia</b><br>Narendra Modi, primeiro-ministro  | <b>Bolívia</b><br>Luis Alberto Arce Catacora, presidente                 | <b>Vietnã</b><br>Pham Minh Chinh, primeiro-ministro          |
| <b>Indonésia</b><br>Prabowo Subianto, presidente  | <b>Cuba</b><br>Miguel Díaz-Canel Bermúdez, presidente                    | <b>Chile</b><br>Gabriel Boric, presidente                    |
| <b>Rússia</b><br>Vladimir Putin (on-line), presidente   | <b>Cazaquistão</b><br>Murat Nurtleu, ministro das Relações Exteriores    | <b>ONU</b><br>António Guterres, secretário-geral             |
| <b>Arábia Saudita</b><br>Faisal bin Farhan Al Saud, príncipe e ministro das Relações Exteriores | <b>Malásia</b><br>Anwar bin Ibrahim, primeiro-ministro                   | <b>OMS</b><br>Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral      |
| <b>África do Sul</b><br>Cyril Ramaphosa, presidente   | <b>Nigéria</b><br>Bola Ahmed Tinubu, presidente                          | <b>Banco do Brics</b><br>Dilma Rousseff, presidente          |
| <b>Emirados Árabes Unidos</b><br>Khalid bin Mohamed bin Zayed al                                | <b>Tailândia</b><br>Jiraporn Sindhuprai, vice-ministro                   | <b>Uruguai</b><br>Yamandú Orsi, presidente                   |

mais poderoso que seja, pode dar uma resposta efetiva ao aquecimento global” e que a “perspectiva de criar ilhas excludentes de prosperidade em meio à policrise contemporânea é moralmente inaceitável”.

### Multilateralismo

No primeiro dia de reuniões da Cúpula do Brics, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, ressaltou

que o bloco é um novo “motor da economia global”. “O Brics cresce acima da média mundial”, afirmou.

Ele citou a conclusão de negociações dos acordos do Mercosul com a União Europeia, fechado em 2024, e com os países do EFTA, anunciado na semana passada. O vice-presidente ainda comentou sobre as perspectivas para uma reunião prevista para hoje entre Lula e o primeiro-ministro chinês para discutir sobre o termo a ser utilizado para se referir à política

protecionista dos Estados Unidos.

Segundo Alckmin, a China queria ter uma resposta mais incisiva em relação ao protecionismo norte-americano. No entanto, o Brasil, por sua vez, sempre tem deixado clara a sua defesa do multilateralismo. Ele apontou para a abertura de novas rotas de comércio e investimento para o país. O vice-presidente mencionou o compromisso de Lula de visitar a Malásia, país asiático com “grande possibilidade” para fechar acordos comerciais com o Brasil.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Kleber sales



## Motta encurralou Lula, porém sofreu desgaste irreversível de imagem

Nos meios sindicais, a expressão “chumbo trocado não dói” é um jargão que sinaliza a disposição de diálogo depois de uma acirrada disputa entre as partes. No Congresso, onde não existe o interesse comum classista, não é bem assim que coisa funciona: dói e deixa ressentimentos que vão comprometer os entendimentos entre as partes e gerar desconfiças insuperáveis.

É mais ou menos o que aconteceu entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que derrubou o decreto que aumentava as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e submeteu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a uma derrota acachapante no Congresso.

A ruptura entre Haddad e Motta, que conversavam bastante, ocorreu depois de uma reunião do grupo Prerrogativas, na qual o ministro participou e teria chamado o presidente da Câmara de infantil.

O chefe da Fazenda nega, mas a intriga já estava feita e Motta passou a não atender ligações do petista. Com o rompimento do acordo entre os dois sobre a aprovação do IOF, veio a derrota humilhante imposta ao governo. A votação desnudou a fraqueza da base de Lula na Câmara e mostrou que o Palácio do Planalto também não pode confiar no Senado. O dono da bola é o Centrão.

Parecia um xeque-mate no presidente Lula, mas a guerra é sempre um risco. “Numa batalha, não encurrale o inimigo. Deixe sempre uma saída. Senão, não restará alternativa a não ser lutar pela própria vida. Então, cada soldado inimigo valerá por 10 dos seus”, dizia o lendário general chinês Sun Tzu, em “A Arte da Guerra” (Garnier). Foi o que aconteceu. O PT reagiu com a sua velha “cultura do rechaço”. Uma campanha de memes e vídeos viralizou e demonizou Motta.

Político jovem, com base eleitoral num velho reduto eleitoral familiar do interior da Paraíba, o presidente da Câmara foi eleito quase por unanimidade, apenas o Novo e o PSol não o apoiaram. Entretanto, é um político de bastidor, articulador do baixo clero, que nunca havia passado por uma situação de superexposição numa disputa política nacional aberta, ainda mais contra um presidente da República com o carisma de Lula.

Numa semana de chumbo trocado entre o governo e a oposição nas redes sociais, Motta virou marisco. Segundo análise da Ativa-web, que monitora redes sociais, tornou-se o símbolo dos privilégios institucionais e da desconexão com o sentimento popular. Foram analisadas 2.567.934 de interações públicas nas redes, com base no Facebook, Instagram, X e TikTok, nas quais houve uma indignação transversal que uniu direita, esquerda e, principalmente, usuários sem filiação política contra o Congresso.

### Pelourinho

Vídeos com estética popular e narrativa de exploração de pobres pelos ricos viralizaram. Motta foi associado aos privilégios e gastos excessivos. A maioria dos perfis era de cidadãos sem identidade partidária, mas identificados com temas como justiça social e custo de vida. A análise semântica revelou a associação de sua imagem a expressões como “inimigo do povo”, “amigo dos ricos”, Eduardo Cunha 2.0”, “mamata 2.0”, “vergonha nacional”, “quem paga é o povo”, “quer mais deputados pra mamar”.

Foram 68% de menções emocionais que revelavam sentimentos, como raiva, indignação e ironia; 22%, críticas racionais, com argumentos, dados e justificativas; e apenas 10% neutros ou informativos. Um desastre imagético para Motta, que tem muito poder, porém não teve musculatura para enfrentar um adversário carismático e cascado como Lula, que já disputou sete campanhas presidenciais.

Nos bastidores de Brasília, sabe-se que uma das razões da tensão no Congresso são as investigações da Polícia Federal sobre desvios de recursos de emendas parlamentares, principalmente as emendas do chamado orçamento secreto, que envolvem dezenas de deputados. Isso cria um ambiente de animosidade. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, responsável pela regulamentação da execução das emendas e por algumas dessas investigações, foi indicado pelo presidente Lula.

Entretanto, foi na Corte que apareceu uma luz no fim do túnel para o impasse do IOF: a decisão salomônica do ministro Alexandre de Moraes, que sustou tanto o decreto de Lula, por desvio de finalidade, quanto a decisão do Congresso, por invasão de competência do Executivo, abriu caminho para uma negociação. Moraes convocou uma audiência de conciliação para o dia 15 de julho.

Moraes reconheceu que o Congresso extrapolou ao manter a desoneração sem indicar fonte de compensação, o que viola a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Emenda Constitucional 109/2021 (do “novo regime fiscal”), isso deu legitimidade à iniciativa do Executivo de buscar compensação via aumento do IOF. Embora reconheça a iniciativa do Executivo válida, Moraes entendeu que o Congresso também tem legitimidade para sustar atos do Executivo, como fez ao derrubar o decreto que aumentava o IOF. Por isso, o aumento do IOF valeu entre a edição do decreto e a derrubada pelo Congresso. Ou seja, não houve anulação retroativa, o que preserva a arrecadação feita no período.